
INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 002, DE 01 DE MARÇO DE 2017.

**DEFINE NORMAS COMPLEMENTARES PARA A
CELEBRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DE TERMOS DE
COLABORAÇÃO COM INSTITUIÇÕES QUE
PRESTAM SERVIÇOS DE ACOLHIMENTO
INSTITUCIONAL PARA JOVENS E ADULTOS COM
DEFICIÊNCIA EM RESIDÊNCIA INCLUSIVA, NO
MUNICÍPIO DE ITAJAÍ.**

Considerando a necessidade de normatizar procedimentos para a celebração de Termos de Colaboração com instituições com atividades de Residência Inclusiva no Município de Itajaí;

Considerando que o município tem competência para criar normas complementares com o objetivo de cumprir a legislação federal e/ou estadual pertinente, bem como para a garantia da eficiência, eficácia e efetividade dos serviços ofertados;

Considerando a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais, aprovada pelo Conselho Nacional de Assistência Social através da Resolução nº 109, de 11 de novembro de 2009;

Considerando a Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS);

Considerando a Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social (NOB/SUAS/2005);

Considerando a Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social (NOB/RH/SUAS/2006);

Considerando a Política Nacional de Assistência Social;

Considerando o Plano Plurianual do Município de Itajaí/Secretaria de Desenvolvimento Social;

Considerando o art. 138, inciso II, da Lei Complementar nº 150, de 12 de março de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º. Definir normas complementares para a celebração e fiscalização de Termos de Colaboração, com instituições que prestam Serviços de Acolhimento Institucional para Jovens e Adultos com Deficiência em Residência Inclusiva, no Município de Itajaí.

Art. 2º. Para efeito desta Instrução Normativa, define-se:

I. Residência Inclusiva: é uma unidade que oferta Serviço de Acolhimento Institucional, de Proteção Social Especial de Alta Complexidade, para jovens e adultos com deficiência, em situação de dependência, que não disponham de condições de autossustentabilidade ou de retaguarda familiar.

II. Serviços de Proteção Social Especial: conjunto de serviços, programas e projetos que tem por objetivo contribuir para a reconstrução de vínculos familiares e comunitários, a defesa de direito, o fortalecimento das potencialidades e aquisições e a proteção de famílias e indivíduos para o enfrentamento das situações de violação de direitos.

III. Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS): é uma unidade pública de abrangência e gestão municipal, estadual ou regional, destinada à prestação de serviços a indivíduos e famílias que se encontram em situação de risco pessoal ou social, por violação de direitos ou contingência, que demandam intervenções especializadas da proteção social especial.

IV. Plano Individual de Atendimento (PIA): é um instrumento técnico norteador da relação entre os usuários e profissionais do serviço, que

contém ações e metas de desenvolvimento do usuário, considerando o período de permanência deste no serviço. O PIA deve ser elaborado de forma participativa desde o momento de chegada do usuário no Serviço e, sempre que necessário, poderá contar com a participação de outros profissionais da área de saúde e da área de educação em sua construção.

V. Plano de Organização do Cotidiano (POC): é um instrumento de planejamento das rotinas da Residência Inclusiva. O POC deve ser elaborado de forma participativa pelos usuários e profissionais do serviço, coordenado e acompanhado pelo Coordenador da Residência Inclusiva. A organização da rotina é central para alcançar os objetivos propostos, uma vez que o desenvolvimento de autonomia e independência passa pela utilização do cotidiano como instrumento terapêutico. Deve focar nos cuidados relacionados aos moradores, orientar a postura dos profissionais, no sentido de adotar atitudes adequadas que se distanciem tanto da superproteção, quanto da superestimação das habilidades dos residentes. Deve acompanhar todos os cuidados oferecidos nos diferentes momentos do dia como acordar, levantar, fazer as refeições, preparar alimentos, cuidar das próprias coisas, contribuir para a limpeza e organização da casa e na ajuda solidária aos outros moradores.

VI. Pessoas com deficiência: são aquelas que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais em interação com diversas barreiras podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdades de condições com as demais pessoas.

VII. Cuidador: é o profissional capacitado para auxiliar o usuário na realização de atividades e tarefas cotidianas, bem como nas atividades de organização do ambiente e na organização dos registros individuais sobre o desenvolvimento pessoal de cada usuário.

Art. 3º. Os objetivos do Serviço de Acolhimento Institucional para Jovens e Adultos com Deficiência em Residência Inclusiva são:

- I. Ofertar de forma qualificada a proteção integral de jovens e adultos com deficiência, em situação de dependência;
- II. Promover a inclusão de jovens e adultos com deficiência, em situação de dependência na vida comunitária e social;
- III. Contribuir para a interação e superação de barreiras;
- IV. Contribuir para a construção progressiva da autonomia, com maior independência e protagonismo no desenvolvimento das atividades da vida diária.

Art. 4º. A Gestão Municipal do SUAS deverá tomar todas as providências legais para a realização da parceria de acordo com a legislação vigente, bem como atender aos princípios basilares da Administração Pública na celebração dos Termos de Colaboração.

Art. 5º. A instituição deverá possuir uma capacidade de atendimento de 10 (dez) jovens e adultos com deficiência, em situação de dependência, por Residência Inclusiva, sendo que em casos excepcionais esse número poderá ser aumentado, a critério da equipe técnica da Gestão Municipal do SUAS, mediante prévia avaliação e emissão de parecer, não ultrapassando o limite de 12 (doze) usuários.

4

Art. 6º. O Serviço de Acolhimento ofertado na Residência Inclusiva possui um público específico, o atendimento de jovens e adultos com deficiência, em situação de dependência.

§ 1º. As pessoas com transtornos mentais deverão ser atendidas pela rede de serviços especializados de Saúde Mental do Sistema Único de Saúde e não pelas Residências Inclusivas, conforme definido na Política Nacional de Saúde Mental.

§ 2º. A equipe do Serviço de Residência Inclusiva deve articular com a área de Saúde do Município, o atendimento aos jovens e adultos com deficiência, bem como buscar a articulação com outras políticas públicas que possam contribuir para a inclusão social destas pessoas e, principalmente, proporcionar a elas condições de vida digna e de qualidade.

Art. 7º. A Gestão Municipal do SUAS deverá coordenar o processo de implantação das Residências Inclusivas realizando levantamento das demandas e definindo etapas, metas, responsáveis e prazos e deve estar previsto no Plano Municipal de Assistência Social, e submetido à aprovação do Conselho Municipal de Assistência Social, independente da fonte de cofinanciamento.

§ 1º. Para o planejamento de implantação das Residências Inclusivas, a Gestão Municipal do SUAS seguirá as seguintes etapas:

5

I. Elaboração de diagnóstico socioterritorial, contendo:

- a)** Informações sobre serviços de acolhimento para pessoas com deficiência já existentes no município;
- b)** Informações sobre a família de origem, a existência de vínculos ou possibilidades de reintegração;
- c)** Dados sobre a demanda de acolhimento e suas especificidades, bem como a avaliação da relevância da implantação da unidade e indicativos para o reordenamento do serviço;
- d)** Avaliação da estrutura física;
- e)** Mapeamento da rede de serviços, programas, projetos e benefícios da Política de Assistência Social que poderão ser articulados com a Residência Inclusiva.

II. Identificação de quantas unidades serão necessárias para atender a demanda e/ou para reordenar os serviços existentes.

III. Identificação de jovens e adultos que demandem acolhimento institucional para inclusão no Benefício de Prestação Continuada (BPC), se for o caso;

IV. Inclusão de jovens e adultos beneficiários do BPC no serviço de acolhimento, se identificada a necessidade;

V. Levantamento de custos e planejamento físico-financeiro com previsão orçamentária para implantação e manutenção das Residências Inclusivas;

§ 2º. O Serviço de Acolhimento Institucional para Jovens e Adultos com Deficiência em Residência Inclusiva, poderá ser ofertado em unidades públicas ou em entidades de assistência social filantrópicas e/ou sem fins lucrativos.

§ 3º. O serviço deverá funcionar 24 (vinte e quatro) horas, de forma ininterrupta.

6

Art. 8º. O serviço de Residência Inclusiva deverá elaborar projeto técnico que aborde os aspectos do seu funcionamento interno, metodologia de trabalho da equipe, relação com os usuários e suas famílias, demandas específicas de atendimento, promoção da convivência e inserção na comunidade e articulação com a rede de serviços socioassistenciais.

Parágrafo único. O Serviço de Residência Inclusiva deverá desenvolver o Plano Individual de Atendimento (PIA), bem como o Plano de Organização do Cotidiano (POC) e apresentar sempre que solicitado pela Gestão Municipal do SUAS.

Art. 9º. A Gestão Municipal do SUAS definirá através de posterior ato regulamentador, a definição de fluxos, a articulação da rede pública de serviços socioassistenciais com as Residências Inclusivas, a referência

e contrarreferência dos serviços.

Art. 10. O Serviço de Residência Inclusiva deverá possuir espaços adequados ao seu funcionamento, com um ambiente acolhedor e estrutura capaz de atender as especificidades do serviço, conforme descrito no Anexo I desta Instrução Normativa.

Parágrafo único. As instalações físicas do Serviço de Residência Inclusiva deverão atender as normas técnicas vigentes na área da engenharia e arquitetura, segurança contra incêndios e demais normas no âmbito da assistência social e da saúde.

Art. 11. O Serviço de Residência Inclusiva deverá manter quadro de pessoal devidamente qualificado e em número suficiente, conforme definido no Anexo II desta Instrução Normativa, e instituir ações permanentes de capacitação.

7

Art. 12. A instituição deverá possuir os Alvarás necessários para o seu funcionamento e estará sujeita a fiscalização dos órgãos competentes.

Art. 13. O Serviço de Residência Inclusiva deverá cumprir todas as exigências previstas na legislação federal, estadual e/ou municipal pertinente, bem como as previstas nesta Instrução Normativa e nos Editais de Chamamento Público.

Art. 14. Todos os funcionários do Serviço de Residência Inclusiva deverão possuir contrato de trabalho, sendo obrigatório a sua apresentação com os demais documentos exigidos no Edital de Chamamento Público.

Parágrafo único. Além do quadro de funcionários legalmente contratados, a instituição poderá contar com profissionais voluntários, nos termos da Lei Federal nº 9.608/98, sendo que para aqueles que venham a exercer ações na área que exigem registro em Conselho de Classe, deverá apresentar cópia do diploma, bem como do registro no respectivo Conselho e ter suas obrigações de forma expressa, inclusive com informações de carga horária, descritas em contrato.

Art. 15. Compete a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social através de seu setor competente, acompanhar, avaliar e fiscalizar os serviços prestados pelo Serviço de Residência Inclusiva, indicando as medidas pertinentes para eventuais adequações, utilizando como referência o instrumento de avaliação presente no Anexo III desta Instrução Normativa.

Art. 16. Esta Instrução Normativa entrará em vigor na data da sua publicação, revogando as disposições em contrário.

8

Município de Itajaí, 01 de março de 2017.

NEUSA MARIA VIEIRA GERALDI
Secretária Municipal de Desenvolvimento Social
Gestora Municipal do SUAS

Publicada no Jornal Oficial do Município, edição nº 1701, de 10 de março de 2017, p. 01-04.

ANEXO I**Espaços necessários no Serviço de Residência Inclusiva**

Espaço	Características
Quartos	Cada quarto deverá ter dimensão suficiente para acomodar as camas dos usuários (adaptadas se necessário) e armários para a guarda dos pertences pessoais. Não é recomendável a utilização de beliches para os usuários. Cada quarto deverá acomodar até 03 (três) usuários.
Sala de Estar	Com espaço suficiente para acomodar o número de usuários atendidos com seus equipamentos (cadeiras de roda, bengala e outros instrumentos).
Ambiente para refeições	Com espaço e mobiliário suficiente para acomodar o número de usuários atendidos com seus equipamentos (cadeiras de roda, bengala e outros instrumentos).
Ambiente para estudo	Poderá haver espaço específico para esta finalidade ou, ainda, ser organizado em outros ambientes (quarto, copa) por meio de espaço suficiente e mobiliário adequado.
Banheiros	Com as adaptações necessárias, considerando as necessidades de cada pessoa em particular.
Cozinha	Com espaço suficiente para acomodar utensílios e mobiliários para preparar alimentos.
Área de serviço	Com espaço suficiente para acomodar utensílios e mobiliários para conter equipamentos e guardar objetos e produtos de limpeza.
Todos os cômodos	Espaço livre de obstáculos em frente às portas de no mínimo 1,20 m. Portas com batente que possibilite a inversão do sentido de abertura das portas.
Área externa (varanda, quintal, jardim).	Espaço que possibilite o convívio entre os usuários e a vizinhança. Deve-se priorizar, quando possível, a utilização de equipamentos públicos ou comunitários de lazer, esporte e cultura, proporcionando um maior convívio comunitário e incentivando a socialização dos usuários.
Sala para a equipe técnica	Com espaço e mobiliário suficiente para o desenvolvimento das atividades de natureza técnica.

Sala de coordenação	Com espaço e mobiliário suficiente para o desenvolvimento das atividades administrativas. Deve ter área reservada para guarda de prontuários em condições de segurança e sigilo.
Sala para reuniões	Com espaço e mobiliário suficiente para a realização de reuniões de equipe e de atividades de grupo.

ANEXO II
Composição da Equipe de Referência do Serviço de Residência
Inclusiva

Equipe de Referência	
01 (um) Coordenador (nível superior)	Para até 03 (três) Residências Inclusivas
01 (um) Psicólogo – 30 (trinta) horas semanais	
01 (um) Assistente Social – 30 (trinta) horas semanais	
01 (um) Terapeuta Ocupacional – 30 (trinta) horas semanais	
01 (um) Motorista por turno	
01 (um) Cuidador para até 06 (seis) usuários, por turno (nível médio e qualificação específica)	Para cada Residência Inclusiva
01 (um) Auxiliar de Cuidador para até 06 (seis) usuários, por turno (nível fundamental e qualificação específica).	
01 (um) trabalhador doméstico por turno (limpeza e lavanderia) (Ensino fundamental)	
01 (um) Profissional de alimentação por turno (nível fundamental)	



ANEXO III
INSTRUMENTO DE AVALIAÇÃO PARA SERVIÇO DE RESIDÊNCIA
INCLUSIVA

1.1. Razão Social: _____

1.2. Nome Fantasia: _____

1.3. CNPJ: _____

2. Data da avaliação: ____/____/____

3. Contato na instituição: _____

4. Endereço: _____

5. Fone: [] _____

6. E-mail: _____

7. Situação do imóvel: [] Alugado [] Próprio

3. Registro no Conselho Municipal de Assistência Social: Sim [] Não []

4. Natureza Jurídica

[] Filantrópica

[] Privada

5. Recebe ou recebeu algum recurso federal ou estadual? [] sim [] não. Especifique: _____

6. Alvará expedido pela vigilância sanitária local: [] sim [] não

7. Nº do Alvará Sanitário: _____ Válido até: _____

8. Nome do responsável técnico pelo estabelecimento (proprietário,



diretor ou administrador): _____

8.1 Grau de escolaridade: ☐ nível fundamental ☐ médio ☐ superior

RG: _____ CPF: _____

8.2 Carga horária semanal: _____

8.3 Registro no conselho profissional, se houver: _____

9. Recursos Humanos (Solicitar documento que comprove carga horária, quantidade, habilitação)

10. Capacidade instalada (quantidade planejada de residentes): _____

11. Quantidade de residentes no dia da avaliação: _____

12. Possui Plano Individual de Atendimento (PIA)? ☐ sim ☐ não.

13. Possui Projeto Técnico que aborde os aspectos do seu funcionamento? ☐ sim ☐ não.

14. Possui Plano de Organização do Cotidiano? ☐ sim ☐ não.

15. O funcionamento do serviço está sob responsabilidade técnica de profissional de nível superior? ☐ sim ☐ não. Qual?

a. Este responsável técnico cumpre qual carga horária mínima?

16. O Serviço comunica à Secretaria Municipal de Assistencial Social, bem como ao Ministério Público, a situação de abandono familiar ou a ausência de identificação civil? ☐ sim ☐ não. Observação:

17. Os equipamentos, produtos, mobiliários e utensílios estão disponíveis, em quantidade suficiente, em condições de uso, compatíveis com a finalidade a que se propõem e de acordo com a legislação vigente? ☐ sim ☐ não. Observações: _____

18. Os residentes com patologia de saúde mental estão participando dos programas de Saúde Mental do município? ☐ sim ☐ não.

19. O usuário recebe algum benefício ou aposentadoria/pensão? ☐ Sim Não ☐.

a. É utilizado qual percentual deste recurso pela instituição: _____

Observações:

[illegible]

Recomendações:

This image shows a blank sheet of white paper with ten horizontal dashed lines, typical of primary-ruled notebook paper. The lines are evenly spaced and extend across the width of the page. There is no handwriting or other markings on the paper.

Nome do agente avaliador/fiscalizador	Assinatura